

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais 2



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: produção decisória, governança e ecologias organizacionais 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0484-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.842220909>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O campo de Ciência Política tem evoluído ao longo dos últimos dois séculos em razão da sincrônica difusão de distintas ideias e paradigmas teóricos e normativos em relação aos desdobramentos materiais da realidade em um contexto de desenvolvimentos institucionais e campos de poder entre uma pluralidade de atores.

Intitulada como “Ciência Política: Produção Decisória, Governança e Ecologias Organizacionais 2”, a presente obra tem o objetivo de compartilhar com o público leitor uma assertiva discussão sobre temas com relevância contemporânea, tanto, na curta periodização conjuntural, quanto na estrutural longa duração.

O livro reúne uma coletânea de estudos teóricos e empíricos, organizados em seis capítulos, que foram desenvolvidos por um conjunto de onze pesquisadoras e pesquisadores, com distintas *expertises* profissionais e formações acadêmicas, oriundos de instituições públicas e privadas de ensino superior de distintos estados brasileiros, bem como de Moçambique.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Em função das discussões temáticas apresentadas, esta obra é indicada para um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo da Ciência Política, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade.

A discussões apresentadas neste livro buscam romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico da Ciência Política em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar em uma coletânea de instigantes estudos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA CONECTIVIDADE NA IDENTIFICAÇÃO DE CENTROS DE GRAVIDADE	
Diogo Barcellos da Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209091	
CAPÍTULO 2	25
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA VEDAÇÃO À TRIBUTAÇÃO CONFISCATÓRIA	
Leandro Chiarello de Souza	
Adelcio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209092	
CAPÍTULO 3	36
COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA (CSAs): MATERIALIZANDO O ASSOCIATIVISMO SUSTENTÁVEL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA?!	
Denilson Bertolaia	
Oriowaldo Queda	
Maria Lúcia Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209093	
CAPÍTULO 4	54
DA <i>DEMOCRACIA NA AMÉRICA A COMO AS DEMOCRACIAS MORREM</i> : UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE ELEMENTOS DE DUAS OBRAS FUNDAMENTAIS	
Moacir Rocha Santana Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209094	
CAPÍTULO 5	65
“IMPOTÊNCIA” DO PODER DE RESPONSABILIZAR!?: DINÂMICAS DO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO DA SUA FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA SOBRE O ORÇAMENTO E CONTAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE	
Arsénio Paulo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209095	
CAPÍTULO 6	81
O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOURADOS-MS	
Elizangela da Silva Freitas	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8422209096	
SOBRE O ORGANIZADOR	94
ÍNDICE REMISSIVO	95

CAPÍTULO 4

DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA A COMO AS DEMOCRACIAS MORREM: UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE ELEMENTOS DE DUAS OBRAS FUNDAMENTAIS

Data de aceite: 01/09/2022

Moacir Rocha Santana Filho

Bacharel em Direito. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDic), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Integrante do grupo de pesquisa “Democracia em tempos de Sociedade da Informação” do Instituto Norberto Bobbio (INB)
<https://orcid.org/0000-0002-8270-9712>

Esta é uma versão atualizada e editada do texto apresentado no 3º Seminário Internacional América Latina (SIALAT): conflitos e políticas contemporâneas, no GT 01 - *Democracia e conjuntura política na América Latina*, em 2021.

RESUMO: Este trabalho apresenta uma breve leitura comparativa entre elementos de duas obras indicadas como fundamentais para a compreensão da evolução do contexto democrático moderno no ocidente: *De la démocratie en Amérique* (1835-1840), de Alexis de Tocqueville, e *How Democracies Die* (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Há um intervalo histórico de quase dois séculos entre as duas obras que, em uma perspectiva histórica, parecem se complementar. Alguns conceitos centrais são discutidos, como: “igualdade de condições”, “tirania da maioria”, e “subversão da democracia”.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Alexis de Tocqueville; Crise democrática.

FROM DEMOCRACY IN AMERICA TO HOW DEMOCRACIES DIE: A COMPARATIVE READING BETWEEN ELEMENTS OF TWO FUNDAMENTAL WORKS

ABSTRACT: This study presents a brief comparative reading between elements of two works indicated as fundamental for understanding the evolution of the modern democratic context in the West: *De la démocratie en Amérique* (1835-1840), by Alexis de Tocqueville, and *How Democracies Die* (2018), by Steven Levitsky and Daniel Ziblatt. There is a historical gap of almost two centuries between the two works that, from a historical perspective, seem to complement each other. Some central concepts are discussed: “equality of conditions”, “tyranny of the majority”, and “subversion of democracy”.

KEYWORDS: Democracy; Alexis de Tocqueville; Democratic crisis.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, grande parte do mundo esteve voltada para o desenvolvimento e manutenção da democracia. O século XX pode ser considerado o século do triunfo democrático, quando as principais alternativas para a democracia desapareceram ou recuaram, ocorrendo uma alteração política mundial sem precedentes (DAHL, 2001). Diante deste cenário, no início do século XXI, poderíamos dizer que, “mesmo a um observador iniciante não escapam dois grandes movimentos globais das duas últimas décadas: democratização e

profunda integração econômica” (SANTOS, 2001, p. 729).

De acordo com a análise de Samuel Huntington, seria possível identificar tendências mundiais, *ondas*, em determinados períodos, em que vários países se tornam democráticos. O mesmo conceito seria aplicado para constatar o caminho contrário, quando um conjunto de países se afasta do sistema democrático, *onda reversa*. Nesse sentido:

Huntington identificou três ondas de democratização (1828-1926, 1943-1962; e 1974-em andamento em 1991). Segundo o mesmo autor, essas ondas de democratização foram intercaladas por duas ondas reversas – ou de autocratização – (1922-1942 e 1958-1975). (AVILA e ARRAES, 2020).

A primeira onda de democratização se inicia na década de 1820, podendo ser apontado como um marco a ampliação do sufrágio para uma proporção maior da população masculina nos Estados Unidos, nas eleições presidenciais de 1828. Essa onda continuou por cerca de um século, e as instituições foram se desenvolvendo gradualmente, trazendo à existência algumas dezenas de democracias. A Suíça, França e Grã-Bretanha também se tornaram regimes democráticos nesse período (HUNTINGTON, 1994).

Foi nesse momento que Alexis de Tocqueville viajou aos Estados Unidos da América, em 1831, para estudar o sistema penitenciário, entretanto, acabou por analisar a democracia americana, realizando uma observação direta daquela que era considerada um novo modelo de sociedade. Publicou a primeira parte – ou, primeiro volume – de ***A Democracia na América*** (*De la démocratie en Amérique*), em 1835, dedicada essencialmente à descrição analítica das instituições americanas; sendo a segunda parte publicada em 1840, onde buscou traduzir de maneira mais abstrata a influência da democracia sobre os costumes e os hábitos dos norte-americanos, refletindo a emergência e o futuro desse tipo de sociedade democrática (BASTOS e ARRIADA, 2007; MAGALHÃES, 2000).

Em *O Futuro da Democracia*, Bobbio (1997), classifica Tocqueville como um dos autores elevados ao “céu dos clássicos”, ao apontar os pensadores do movimento de ideias que ficou conhecido como Liberalismo: John Locke, Montesquieu, Kant, Adam Smith, Humboldt, Constant, John Stuart Mill, e Tocqueville. Um dos filósofos mais influentes do século XIX, John Stuart Mill, indicou *A Democracia na América* como a primeira grande obra de filosofia política consagrada à democracia moderna (DUBOIS, 1993).

Utilizando indicadores de democracia da *Freedom House*, Santos (2001), oferece um panorama sobre as democracias no final do século XX, durante a terceira onda de democratização, iniciada pela Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974. Sendo que, em 1999, de um total de 192 países, 62,5% foram considerados formalmente democráticos, assim, 120 países estariam dotados de sistemas democráticos constitucionais com eleições competitivas e multipartidárias, um avanço em relação aos 41% da década anterior. Naquele momento a grande questão era se, “a terceira onda, como as demais, vai atingir um ápice e em seguida declinar ou se estamos diante de um movimento inexorável e definitivo em direção à democracia” (SANTOS, 2001, p. 731).

É possível apontar que, compreender as condições de transição de um regime político autoritário para o democrático, era umas das grandes preocupações da ciência política nas últimas décadas do século XX. Por outro lado, se a noção de recessão democrática estava, inicialmente, vinculada ao baixo número de novas democracias desde meados da década de 2000, atualmente os estudiosos direcionam suas análises para a crise em democracias tradicionais. Ainda que, de acordo com o *Polity Project* (conjunto de dados que medem democracia e classificam o regime político dos países), em 2015, havia 103 democracias, o que representava 56% da população mundial. Quando ocorre o entusiasmo democrático da Primavera Árabe, e o posterior fracasso do processo de democratização na maioria dos países envolvidos – além de experiências similares na África, Leste Europeu e Ásia –, as análises retornaram ao tom pessimista de crise democrática (NICOLAU, 2018).

É nesse contexto em que se situa a seguinte obra estudada: ***Como as democracias morrem***. Publicada em 2018, foi escrita pelos cientistas políticos americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Democracias tradicionais entram em colapso? Esta seria a questão principal que os professores de Harvard tentam responder. Desse modo, a obra “rapidamente se transformou no trabalho com maior repercussão sobre o assunto (...). É sintomático que um estudo sobre a crise das democracias tenha despertado tanto interesse” (NICOLAU, 2018, p.7).

Portanto, este trabalho busca apresentar duas obras fundamentais para o estudo da democracia, e discutir alguns conceitos centrais que podem auxiliar na compreensão da evolução desse modelo político, desde a sua formação moderna até o seu possível colapso.

A DEMOCRACIA NA AMÉRICA – ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Raymond Aron, importante sociólogo francês do século XX, aponta que, em geral, Tocqueville não figura entre os inspiradores do pensamento sociológico, e isto seria uma injusta falta de reconhecimento da importância de sua obra. Tocqueville difere tanto de Auguste Comte como de Karl Marx, pois não trabalha a preponderância do fato industrial, como Comte, ou do fato capitalista, como Marx, ele atribui uma primazia ao fato democrático. É Raymond Aron que, após a guerra, ajuda a redescobrir as obras de Tocqueville, por meio do seu estudo *Les étapes de la pensée sociologique*, da década 1960. E para Pierre Birnbaum (*Sociologie de Tocqueville*, 1970) – junto com Aron compõe o grupo de autores das principais obras sobre Tocqueville –, desde o final do século XIX a obra de Tocqueville conhece, ao mesmo tempo, uma grande notoriedade e um imenso abandono (ARON, 1999; BOUDON, 1990; FURET, 2005).

Nos últimos anos, Tocqueville, pensador liberal e contemporâneo de John Stuart Mill, tem despertado a atenção da esquerda, inclusive de uma parcela da esquerda marxista direcionada para as questões relativas à democracia e à liberdade, e que busca

repensar os seus escritos na intenção de compreender a realidade atual (MAGALHÃES, 2000). Uma vez que, Tocqueville pode ser considerado “o primeiro autor a refletir sobre o paradigma democrático, entendido como constelação política especificamente moderna” (COSTA, 2015, p. 92).

De fato, *A Democracia na América* resulta de observações *in loco*, de ampla pesquisa e de leituras realizadas antes e depois da viagem. Tocqueville não pretendeu escrever um livro sobre os Estados Unidos, mas apresentar um país democrático à França, e tinha consciência de que a democracia americana não poderia ser um completo exemplo a ser imitado, tendo em vista o problema da escravidão. O século XIX inaugurou os estudos comparados, e neste campo Tocqueville pode ser considerado um pioneiro e um clássico da sociologia comparada, contrapondo França e Estados Unidos para poder compreender os efeitos da derrubada da aristocracia, a repercussão da revolução na sociedade francesa (BASTOS e ARRIADA, 2007).

Para a abordagem pretendida neste estudo, alguns conceitos sobressaem na obra de Tocqueville: a “igualdade de condições”, a “tirania da maioria”, e a noção do poder judiciário como árbitro.

Inicialmente, Tocqueville buscou razões culturais e históricas para compreender o progresso da democracia na América. É preciso considerar que, outros estudiosos – como Huntington, nos anos 1990, ou Levitsky e Ziblatt, em 2018 –, posteriormente, também buscaram compreender e identificar condições, regionais e globais, que justificassem a ascensão ou a queda dos regimes democráticos.

Logo na introdução de sua obra, Tocqueville (2005) relata que, entre os novos objetos que chamaram sua atenção durante a permanência nos Estados Unidos, nenhum impressionou mais do que a “igualdade das condições”. Descobriu a fascinante influência que esse primeiro fato exerce sobre o andamento da sociedade, proporcionando ao espírito público determinada direção, certo aspecto às leis, aos governantes, novas máximas, e hábitos particulares aos governados. Complementa, sobre a *igualdade das condições*:

Assim, pois, à medida que eu estudava a sociedade americana, via cada vez mais, na igualdade das condições, o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer e deparava incessantemente com ele como um ponto central a que todas as minhas observações confluíam (TOCQUEVILLE, 2005, p. 7).

Para Tocqueville, o tipo de democracia que se encontra em construção no jovem Estado americano, iguala todos em oportunidade (MAGALHÃES, 2000). A igualdade de condições poderia ser compreendida como um princípio constitutivo da ordem democrática:

Apesar de reconhecer as dificuldades, Tocqueville sabe que a democracia exige a responsabilização de todos na construção das condições de respeito a igual liberdade de cada um; e a entende, fundamentalmente, como um estado social de igualdade de condições regido por uma forma de governo na qual o povo é soberano, associando, deste modo, igualdade e liberdade. Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou

política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns a outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política (REIS, 2006, p. 116).

No segundo volume de *A democracia na América*, há uma preocupação de que a igualdade dividiria naturalmente os americanos em um universo de pequenas sociedades, assim, “em vez de imaginar que os cidadãos das novas sociedades vão acabar vivendo em comum, temo que acabem não formando mais que minúsculas igrejinhas” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 268). Apesar de que, a própria ideia de democracia, “tal como Tocqueville não cessa de virá-la e revirá-la, se confunde efetivamente, no mais das vezes, com a de igualdade” (FURET, p. 40, 2005). Preocupação semelhante também será relatada por Levistky e Ziblatt (2018) como um dos obstáculos à sobrevivência da tradicional democracia norte-americana.

Seria sempre necessário pôr em algum lugar um poder social superior a todos os outros, mas a liberdade estaria em perigo quando esse poder não encontrar diante de si nenhuma barreira que possa impedir seu avanço e lhe dar tempo de se moderar. Portanto, quando concederem o direito e a faculdade de fazer tudo a uma força qualquer, povo ou rei, democracia ou aristocracia, seja ela exercida numa monarquia ou numa república, aí estaria, então, o germe da tirania (TOCQUEVILLE, 2005).

De acordo com Tocqueville, uma das grandes críticas ao governo democrático, tal como identificado nos Estados Unidos, não seria, como muitos na Europa visualizavam, a sua fraqueza, mas, o contrário disso, sua força irresistível, e uma aparente falta de garantia contra a *tiranía da maioria*:

E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania. (...) Não digo que, na época atual, faça-se na América um uso freqüente da tirania; digo que na América não se descobre garantia contra ela e que é necessário buscar as causas da brandura do governo nas circunstâncias e nos costumes, em vez de nas leis (TOCQUEVILLE, 2005, p. 296).

Seria da própria essência das democracias o fato de o “império da maioria” ser absoluto. Contudo, essa força natural da maioria é ainda aumentada, artificialmente, pela maioria das constituições americanas. Sendo o legislativo, entre todos os poderes políticos, o que mais obedece a esse fenômeno que, também pode favorecer a arbitrariedade do magistrado. A onipotência da maioria, presente nos Estados Unidos, teria como efeito o aumento da instabilidade administrativa e legislativa que é natural à democracia, sendo, naquela época, o país em que as leis têm a menor duração. Em uma aparente contradição, a vontade da maioria seria a origem de todos os poderes, entretanto, essa maioria não tem o direito de fazer tudo em se tratando de governo. A justiça constituiria, assim, o limite do direito de cada povo (TOCQUEVILLE, 2005).

Grande parte das preocupações de Tocqueville, referentes à *tiranía da maioria*, continua válida no tempo presente. Sendo possível perceber, levando em conta a direção em que segue o processo de democratização pelo mundo, o perigo que pode decorrer da formação de um pensamento único, de uma ideologia majoritária que silencia as minorias em nível nacional e internacional. Além disso, o conformismo e o individualismo podem corroborar para o comportamento de indiferença em relação ao governo, favorecendo para que a representação majoritária opere um novo tipo de autoritarismo sobre a minoria, com o consentimento popular, um despotismo pelo consentimento do povo. Contudo, ao mesmo tempo em que pode existir o risco dessa possibilidade de despotismo subverter o mundo democrático, há também a capacidade de algumas instituições democráticas combaterem essa ameaça. Assim, a garantia dos direitos individuais, bem como a proteção contra o abuso do poder, estaria em uma instituição equivalente à aristocracia antiga, função que Tocqueville atribui às associações intermediárias, especialmente à magistratura (MAGALHÃES, 2000).

O mais difícil para um estrangeiro compreender nos Estados Unidos, segundo Tocqueville, é a organização judiciária, sendo o juiz uma das primeiras forças políticas. A primeira característica do poder judiciário em todos os povos seria servir de árbitro; a segunda característica seria pronunciar-se sobre casos particulares, não sobre princípios gerais; a terceira característica do poder judiciário seria só agir quando chamado, ou, conforme a expressão legal, quando provocado. Para ele, o juiz americano não difere dos magistrados das outras nações, no entanto, é dotado de um grande poder político, e a causa está em um simples fato: “os americanos reconheceram aos juízes o direito de fundar suas decisões na *constituição*, em vez de nas leis. Em outras palavras, permitiram-lhes não aplicar as leis que lhes parecerem inconstitucionais” (TOCQUEVILLE, 2005, p.113).

Tocqueville reconhecia que semelhante direito foi reclamado algumas vezes pelos tribunais de outros países, sem êxito, mas na América isso seria reconhecido por todos os poderes, partidos e homens. E a explicação deveria ser encontrada no princípio das constituições americanas, o que deve influir sobre as diferenças dos direitos e a posição do corpo judiciário na França e nos Estados Unidos:

Uma constituição americana não é considerada imutável, como na França; ela não poderia ser modificada pelos poderes ordinários da sociedade, como na Inglaterra. Constitui uma obra à parte que, representando a vontade de todo o povo, vincula os legisladores como os simples cidadãos, mas que pode ser mudada pela vontade do povo, segundo formas estabelecidas e nos casos previstos. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 114)

Como bem sintetizado por Furet (2005), Tocqueville colocou como axioma a ideia de que a humanidade caminhava rapidamente para a era democrática. Em seu pensamento, ele sobrepõe uma lógica da tipologia, partindo da oposição entre aristocracia e democracia, e explora uma lógica da evolução, fundada no inevitável triunfo da sociedade democrática.

COMO AS DEMOCRACIAS MORREM – STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLATT

A questão central, colocada logo de início em *Como as democracias morrem* (2018), é saber se *a democracia americana está em perigo*. Esta é uma das maiores preocupações dos cientistas políticos no século XXI, e a continuidade de uma discussão iniciada por Tocqueville, ainda no século XIX.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de Harvard e notáveis estudiosos, escrevem e ensinam sobre os processos da democracia em todo o mundo. Em *How Democracies Die* – título original –, temos um estudo sobre a crise das democracias, o que também ocorre nas democracias tradicionais, como no caso estadunidense. Dois pontos são destacados nesta análise da obra, para a compreensão do atual estado de *subversão da democracia*: como sujeitos autoritários chegam ao poder em democracias consolidadas; e como ocorrem as ameaças às instituições democráticas nos dias de hoje.

O pensamento comum está inclinado a visualizar a morte de democracias por meio de golpes violentos, pelas mãos de homens armados. Como no caso do Chile, quando nos anos 1970, Augusto Pinochet, comandando as Forças Armadas tomou o controle do país, um “golpe de Estado clássico”. Assim morreram democracias de países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai. Durante o período da Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos, ainda que seja possível apontar novos golpes militares, como no caso do Egito, em 2013, quando retiraram o presidente Mohamed Morsi, e a queda da primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra, em 2014 (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Assim como, o recente golpe militar em Mianmar, quando no primeiro dia de fevereiro de 2021, alguns meses após as eleições gerais, os militares do país alegaram fraude eleitoral, fecharam o Parlamento, prenderam os principais líderes políticos eleitos, feriram e assassinaram centenas de manifestantes nos dias seguintes (SANTANA FILHO, 2021).

Apesar desses casos, os autores defendem que os golpes militares e as tomadas violentas de poder, são cada vez mais raros. Há outra forma, menos dramática, de arruinar uma democracia e que vem ganhando mais espaço: por meio de líderes eleitos democraticamente que, gradualmente, subvertem o próprio processo, regras e instituições que proporcionaram a sua chegada ao poder. Assim como fez Hitler, na Alemanha, na sequência do incêndio do *Reichstag*, em 1933; ou, como teria feito Hugo Chávez, um outsider político, eleito no final do século XX, na Venezuela (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Portanto, as democracias estão sendo subvertidas, entrando em colapso, após eleições regulares, democráticas, uma vez que, a ditadura ostensiva ligada ao fascismo e comunismo desapareceu na maior parte do mundo:

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não

foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas. A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. [...] Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 16-17).

Huntington (1991) analisou que as transições da democracia para o autoritarismo, além daquelas produzidas por atores estrangeiros, quase sempre foram produzidas por aqueles no poder ou perto do poder no sistema democrático. Na mesma direção, para Levitsky e Ziblatt (2018), grande parte das ações de governantes para subverter a democracia pode ser considerada “legal”, consistindo em atos aprovados e aceitos pelo Legislativo e pelos tribunais, representados como esforços para “aperfeiçoar” a democracia e limpar o processo eleitoral, ou como mecanismos para combater a corrupção, e tornar o Judiciário mais eficiente. Há confusão entre as pessoas que, não entendem imediatamente o que está acontecendo, muitos continuam a defender e acreditar que estão vivendo em uma democracia.

A democracia, enquanto contraposição às formas de governo autocrático, caracteriza-se primordialmente “por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 1997, p. 18), portanto, é fundamental uma defesa das regras do jogo.

A situação atingiu um nível preocupante também nas democracias mais tradicionais, inclusive nos Estados Unidos: “os políticos norte-americanos agora tratam seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado das eleições” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 13). Os autores verificam e apontam ações de políticos que tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais da democracia americana, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. O ponto alto da escalada de riscos foi a eleição presidencial de 2016, quando Donald Trump, “um violador em série de normas, é amplamente (e corretamente) criticado por investir contra as regras democráticas do país” (*ibid.*, p. 142). Mas, até que ponto seria a democracia norte-americana vulnerável a esse retrocesso?

As fundações das democracias consolidadas, segundo os autores, podem ser consideradas mais fortes se comparadas com aquelas de países como Venezuela, ou dos envolvidos na Primavera Árabe. A Constituição norte-americana, de acordo com analistas, foi projetada para anular e conter demagogos como Donald Trump, e o *sistema madisoniano* de freios e contrapesos do país já durou mais de dois séculos, sobrevivendo à Guerra Civil, Grande Depressão, Guerra Fria e *Watergate*. Nesse sentido, seguem sustentando que:

Nosso sistema constitucional, embora mais antigo e mais robusto do que qualquer outro na história, é vulnerável às mesmas patologias que mataram a democracia em outros lugares. Em última análise, portanto, a democracia norte-americana depende de nós – os cidadãos dos Estados Unidos. Nenhum líder político isoladamente pode acabar com a democracia; nenhum líder sozinho pode resgatar uma democracia, tampouco. A democracia é um empreendimento compartilhado (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 217).

Para Tocqueville, um elemento-chave da singularidade da sociedade americana era o nível elevado de sua cultura, pois, o povo americano, considerado em massa, não só era o mais esclarecido do mundo, mas também aquele cuja educação política prática era a mais avançada. E, para que o curso natural dos acontecimentos não conduza a democracia ao seu leito despótico, é preciso “educar a democracia” (FURET, 2005). A manutenção das instituições democráticas depende dessa necessidade de instruir a democracia, em outras palavras, “da capacidade dos homens de agir sobre si mesmos no sentido de refrear seus desejos irrefletidos e exclusivos de bem-estar material, em vista do respeito incondicional aos direitos de seus concidadãos” (REIS, 2006, p. 124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos trabalhados nessa pesquisa, são obras fundamentais para a representação de dois momentos diferentes e cruciais da democracia moderna, duas obras que se complementam quando a intenção é compreender a questão democrática, sobretudo, no mundo ocidental.

Em 1835 e 1840, Alexis de Tocqueville publicou um estudo sobre a democracia americana que, recém se desenvolvia, uma verdadeira apresentação ao mundo, utilizando-se de comparações com a Europa, sobretudo com a França, e tendo grande repercussão na época. O livro se tornaria um clássico. Em 2018, Levitsky e Ziblatt, com a semelhante intenção de avaliar a democracia norte-americana, principalmente a partir dos riscos intensificados com Donald Trump, explicam o novo contexto mundial de crise das democracias, realizando comparações e citando exemplos na Europa e na América Latina.

How Democracies Die se inicia com uma questão que os autores jamais pensaram em fazer: “*Is our democracy in danger?*”. A importância dessa questão, a democracia estadunidense em perigo, deve-se ao fato de que, a “história da democracia, nos tempos modernos, tem coincidido, de modo geral, com a história da democracia americana. Desde que Tocqueville demonstrou a força irresistível dessa forma de governo, as sociedades ocidentais têm se esforçado para adotá-la como modelo” (MAGALHÃES, 2000, P. 141).

De acordo com o relatório *Democracy Index* (2020) que mede os níveis de democracia em 167 países e territórios, elaborado anualmente pelo The Economist Intelligence Unit (EIU), a democracia piorou em todos os países lusófonos em 2020, não existindo um único país de língua portuguesa classificado como “democracia plena”. Além disso, todas as

regiões do mundo registraram um retrocesso democrático no ano marcado pela pandemia (DEUTSCHE WELLE, 2020).

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AVILA, Carlos Federico Domínguez; ARRAES, Virgílio Caixeta. História do tempo presente, interdisciplinaridade e qualidade da democracia na América Latina: a terceira onda de autocratização em perspectiva. **História, histórias**, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020.

BASTOS, Maria Helena Camara; ARRIADA, Eduardo. A democracia na América, de Alexis de Tocqueville: Uma leitura para a história da educação. **Educação Unisinos**, v. 11, nº 1, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed, 1997.

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

BIRNBAUM, Pierre. **Sociologie de Tocqueville**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1970. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/>.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Que Democracia?: Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 4, p. 729-771, 2001.

COSTA, Marta Nunes da. A tirania da maioria: revisitando o debate. **Veritas**, v. 60, n. 1, jan-abr. 2015.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEUTSCHE WELLE. **Democracia piorou em todos os países lusófonos em 2020**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/democracia-piorou-em-todos-os-paises-lusofonos-em-2020>. Acesso em: janeiro de 2021.

Democracy Index 2020: **In sickness and in health?** Economist Intelligence Unit (EIU). Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>. Acesso em: janeiro 2021.

DUBOIS, M. **Les fondateurs de la pensée sociologique**. Paris: Edition Marketing, 1993.

FURET, François. Prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. In: **A democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy**, Vol.2. No.2, 1991.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2018.

MAGALHÃES, Fernando. O passado ameaça o futuro - Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 12(1), maio de 2000.

SANTANA FILHO, Moacir Rocha. Mianmar, 2021: os primeiros meses do mais recente golpe contra uma democracia. In: SANTANO, A.C.; DOTTA, A.G.; OLIVEIRA, V. Q. (Orgs.). **Democracia na Pós-Pandemia**. Curitiba: Transparência Eleitoral Brasil / Editora GRD, p. 49-52, 2021.

NICOLAU, Jairo. Prefácio. In: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2018.

REIS, Helena Esser dos, Virtudes e Vícios da Democracia. **Philósophos – Revista de Filosofia**. Goiânia, v.11, n.1, jan./jun, 2006.

ROCHER, Guy. Études **de sociologie du droit et de l'éthique**. Université de Montréal: Éditions Thémis, 1996.

SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino dos. Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal. In: **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Que Democracia? Uma visão conceitual desde a perspectiva dos países em desenvolvimento. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 4, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**: leis e costumes. Livro I. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2ªed, 2005.

_____. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. Livro II. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1ªed, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93

Agricultores 36, 37, 38, 41, 46, 48, 49, 50, 51

Agricultura 36, 38, 39, 40, 44, 49, 50, 51, 52, 53

Ajuda mútua 36, 37, 38, 42, 46, 47

Alexis de Tocqueville 54, 55, 56, 62, 63

Alimentos 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51

América Latina 54, 62, 63

Associativismo 36

Autogestão 36, 38, 42, 44, 45, 47, 51

B

Brasil 2, 4, 20, 21, 22, 23, 25, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 43, 44, 50, 52, 60, 64, 79, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92

C

Centros de gravidade 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22

Clausewitz 1, 2, 3, 4, 7, 11, 22, 23

Conectividade 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 21, 22

Conselho Municipal 81, 82, 90, 92, 93

Constituição 2, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 41, 49, 52, 59, 61, 70, 75, 79, 82, 92

Consumo 33, 38, 39, 40, 43, 46, 47, 48

Contas públicas 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Criança 43, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93

Crise 11, 18, 52, 54, 56, 60, 62

CSAs 36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

D

Defesa 1, 2, 4, 5, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 61, 63, 81, 86, 87, 88, 89, 91

Democracia 39, 44, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 73

Desenvolvimento regional 36, 44, 51, 52, 94

Direito 25, 28, 30, 31, 34, 35, 37, 39, 44, 45, 52, 54, 58, 59, 68, 70, 72, 78, 81, 82, 84, 85, 91, 92

Dourados 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 92

Doutrina Militar 1, 5

E

ECA 82, 83, 85, 86, 87, 90

Economia solidária 36, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53

Empresa 42, 43, 48

Estado 3, 13, 14, 20, 22, 25, 26, 28, 30, 36, 37, 39, 41, 42, 48, 51, 57, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90

Estados Unidos 2, 3, 5, 11, 13, 15, 18, 19, 22, 23, 55, 57, 58, 59, 61, 62

F

Finanças públicas 65, 67, 74, 75, 77, 79

Fiscalização 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 87, 89

Forças armadas 1, 2, 3, 5, 12, 20, 21, 22, 60

G

Gestão 15, 25, 37, 38, 45, 46, 47, 48, 51, 65, 66, 67, 74, 75, 79, 89, 94

Golfo Pérsico 1, 5, 20

Governo 5, 13, 20, 21, 37, 42, 44, 45, 52, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77, 79, 91

I

Interdependência 3, 4

Iraque 18, 20

K

Kuwait 18

L

Leis 28, 34, 44, 45, 53, 57, 58, 59, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 79

M

Meio ambiente 8, 36, 37, 39, 44, 45, 48, 52, 53

Moçambique 65, 67, 75, 77, 79

O

Orçamento 25, 65, 67, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 88

Organização 3, 18, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 59, 69, 75

P

Parlamento 60, 67, 72, 73

Poder Executivo 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 89

Poder Judiciário 57, 59, 68, 70

Poder Legislativo 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Política 2, 23, 24, 38, 42, 43, 45, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79, 84, 85, 86, 88, 92, 94

Políticas públicas 37, 44, 45, 50, 52, 72, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 94

Princípios 26, 29, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 59, 75, 85

Produção 18, 29, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 50, 51

Proteção 1, 2, 5, 12, 18, 28, 29, 39, 44, 59, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91

R

República 23, 25, 31, 33, 34, 58, 60, 66, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 79, 92

S

São Paulo 24, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 53, 63, 64, 92

Sociedade 25, 39, 54, 55, 57, 59, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94

T

Tiranía 54, 57, 58, 59, 63

Tributação 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Valores 31, 34, 36, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 51

A stylized map of Brazil is shown in white outline against a dark background. Overlaid on the map is a network of white lines connecting various points, creating a grid-like structure. The title 'CIÊNCIA POLÍTICA:' is written in large, white, serif capital letters across the upper portion of the map.

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br